Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro

Senhoras e Senhores Presidentes das Câmaras Municipais presentes

Senhor Presidente do NERBA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança

Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Bragança

Senhor Representante da Junta de Castela e Leão

Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias e eleitos da Assembleia Municipal

Autoridades civis, militares e religiosas

Senhor Comissário da Expo Trás-os-Montes

Senhor Presidente da Comissão Organizadora do Fórum Económico de Trás-os-Montes, estimado amigo Eng.º Jorge Nunes

Senhores empresários

Convidados

Comunicação social

Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, para Vossa Excelência uma saudação especial por marcar presença na cerimónia de abertura da Expo Trás-os-Montes.

A sua presença é um sinal de que está mais próximo dos transmontanos, que quer conhecer as nossas preocupações, os nossos problemas.

Felicito o Nerba e, na pessoa do seu Presidente, todos os associados pelo 25º aniversário da instituição e pela oportuna iniciativa de realização da Expo Trás-os-Montes, espaço de mostra daquilo que de melhor tem o território e que faz jus ao subtítulo EXCELÊNCIA POR NATUREZA”, comprovado pelos milhares de turistas que visitam esta terra, que sentem a simpatia e hospitalidade das nossas gentes, apreciam as nossas paisagens, os belos monumentos que transmitem a história e as tradições que perduram através dos tempos, uma gastronomia impar, confecionada com produtos regionais de excelente qualidade.

Felicito o Nerba, também, pela realização do Fórum Económico de Trás-os-Montes, onde foram objeto de reflexão os principais problemas e os grandes desafios colocados à economia e aos empresários locais, em painéis recheados de excelentes oradores, cujas conclusões foram apresentadas há momentos e que servirão, certamente, de orientação para o futuro deste território de excelência.

A expressiva adesão que o mesmo teve, é certamente um testemunho irrefutável da importância do tema.

As empresas do Interior, nomeadamente das zonas fronteiriças, como é o caso das do Distrito de Bragança, competem no mercado nacional e internacional, cada vez mais global e competitivo, com custos de produção mais elevados comparativamente com as empresas instaladas do lado de Espanha, onde os custos de energia e combustíveis são mais baixos, situação agravada com o aumento do IVA nas tarifas de eletricidade e gás.

A eliminação dos benefícios fiscais à Interioridade, em Sede de IRC, tornou a situação para as empresas ainda mais crítica e difícil.

Apesar de todos estes constrangimentos, o tecido empresarial de Bragança ganhou dimensão exportadora e tornou-se mais competitivo. Bragança no ano de 2000 representava apenas 0,14% das exportações da Região Norte. Em 2012 representou 1,5%.

O Concelho de Bragança, em 2012, últimos dados disponíveis, exportou quatro vezes mais do que a NUT Douro, três vezes e meia mais que os restantes municípios da NUT Alto Trás-os-Montes e representa 63% dos 33 municípios que integram as duas NUT.

Estes resultados positivos, que não podem ser subestimados, são fruto da arte e do empenho dos nossos empresários e dos nossos trabalhadores, a quem aproveito para dar uma palavra de agradecimento pelo imenso esforço, dedicação e capacidade de resistência. Efetivamente, a sua dedicação e visão são os pilares em que assenta a economia local aberta ao mundo, e que tem permitido os bons resultados que mencionei.

Na sua atividade diária, os empresários de Trás-os-Montes têm dado um extraordinário exemplo de persistência face às muitas adversidades que, ao longo da história, recente e não recente, têm vindo a enfrentar, mas que têm sabido ultrapassar com tenacidade dando uma ajuda ao país na transformação da nossa economia, com um peso cada vez maior das exportações no conjunto da atividade económica nacional.

Aquando da saída da Troika de Portugal, no dia 17 do corrente, o Senhor disse que o país tinha de fazer tudo para que a história não se repetisse, a propósito da necessidade de consolidação das contas públicas e da contenção necessária para o País não ter de voltar a ser intervencionado.

Permita-me que use as suas palavras e diga também: não deixe que a história se repita e que o interior continue a ser esquecido e entregue a si próprio.

Senhor Primeiro-ministro coloque o interior, com os seus territórios de baixa densidade, no centro da economia e da criação de oportunidades de vida e desenvolvimento, valorizando as economias regionais e concedendo o apoio ao empreendedorismo local e à inovação, com estratégias de desenvolvimento económico territorial bem desenhadas, capazes de garantir maior coesão social, económica e territorial.

Não deixe que a história se repita e simplifique o puzzle de processos para acesso aos fundos comunitários, tornando-o num instrumento rápido e expedito e, sobretudo, acessível às PME’S e aos empreendedores, em toda a sua tramitação.

As nossas empresas, a grande maioria micro e pequenas empresas, necessitam de colocar a sua máxima atenção nos processos de produção, inovação e exportação e não estarem preocupadas a tratar de processos burocráticos que apenas levantam problemas ao esbarrarem, por vezes, nas cortinas de resistência que todos sabemos existirem.

Não deixe que a história se repita ao permitir o isolamento desta parte do território nacional, sendo este o fator primeiro para a situação em que a região se encontra, pois quando uma região está isolada, estará mais perto do desconhecimento e, consequentemente, do empobrecimento.

Não deixe que a história se repita na retirada de serviços públicos da região, tendência verificada ao longo dos últimos anos que tem conduzido ao despovoamento, em consequência do êxodo ou da deslocalização de um grande número de pessoas para as zonas do litoral, acentuando o efeito de litoralização do país e das assimetrias regionais.

É este isolamento que pretendemos e necessitamos vencer, apelando à sensibilidade de V. Exa. para a urgência da construção de algumas infraestruturas estratégicas que ainda fazem falta à região:

1. a ligação de Bragança à Puebla de Sanábria, continuando o IP2 para norte, permitindo abrir portas de conexão com os principais corredores europeus de comunicações, através da integração na Rede Transeuropeia de Transportes, criando uma rede verdadeiramente multimodal.

Senhor Primeiro-Ministro na próxima Cimeira Luso-Espanhola, que terá lugar no dia 4 de junho, defenda esta ligação como prioritária para o desenvolvimento regional e a coesão de toda a região norte.

2. as ligações de Bragança/Vinhais e Bragança/Vimioso, importantes eixos de ligação dentro do território da CIM TTM e da promoção da coesão territorial.

3. ampliação do aeródromo municipal de Bragança e evolução para aeroporto regional, dotando esta infraestrutura das condições necessárias para a criação de uma unidade logística vocacionada para a distribuição e, assim, atrair mais investimento industrial para a região, gerador de riqueza, emprego e constituir-se como a única alternativa na Região Norte ao Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro.

Esta reivindicação ganha mais consistência e viabilidade depois da boa notícia do regresso do avião, após tantos e longos meses de insistência por parte do Município de Bragança e outros atores locais, e da persistência do governo, que Vossa Excelência lidera, para encontrar uma solução ajustada às necessidades da população e do tecido empresarial. Deixo-lhe o reconhecimento pela sua vontade e determinação na resolução deste assunto, pois como bom transmontano que é nunca desistiu de encontrar uma solução.

Mas Senhor Primeiro-ministro tenho de lhe transmitir a grande preocupação que assola o espírito de todos os transmontanos, relativamente à eventual introdução de portagens na Autoestrada Transmontana.

Esta decisão a ser implementada terá efeitos muito negativos para a região e será um sério obstáculo para a promoção do crescimento económico e da competitividade de Trás-os-Montes, condicionando a atração de novo investimento privado produtivo e a fixação de atividades económicas.

Além disso, a introdução de portagens volta a colocar o Distrito, comparativamente ao resto do País, em situação desigual, empurrando-o para trás, visto não nos ser concedido o tempo necessário de isenção de utilização de modernas estradas para acelerar o desenvolvimento como aconteceu com a generalidade do País.

Importa, também, que o Governo promova uma política fiscal positiva e “amiga” do interior, que seja um verdadeiro instrumento para o desenvolvimento sustentado e equilibrado do País e a melhoria da competitividade das empresas.

Assim e embora conhecendo o novo código ao investimento que prevê benefícios fiscais, defendemos a necessidade de promoção de políticas fiscais de ruptura, nomeadamente:

- a redução do IRC para o valor zero, para as empresas que se fixem no Interior, e que garantam níveis mínimos em termos de inovação, exportação, criação de emprego qualificado e de utilização de tecnologia amiga do ambiente;

- a redução do valor do IRC para 10% a aplicar às empresas já instaladas e para as novas que não cumpram os requisitos atrás definidos.

Outras medidas de coesão territorial deveriam ser adotadas pelo Governo, aproveitando a atual Reforma do estado, nomeadamente a deslocalização de serviços de Lisboa para as cidades do interior, que desempenham funções de equilíbrio regional.

Senhor Primeiro-Ministro, esta é a derradeira oportunidade para o Interior Norte, para Trás-os-Montes e, por isso, como transmontano que é, e como governante responsável que também é e porque tem essa obrigação, defenda este território como um território de oportunidades e contribua para aumentar a autoestima dos “transmontanos” que sempre deram e continuarão a dar o seu enorme contributo para o desenvolvimento do país, aí concentrando a sua vontade, o seu querer e a sua inteira dedicação.

Desta forma, estaria a dar importância àquele que é o maior fator de competitividade da economia, as pessoas e, neste caso, os seus conterrâneos.

Obrigado.

Hernâni Dias

Presidente CM Bragança